

A EPISTEME DE PONTA-CABEÇA: OS SABERES SUBALTERNOS E AS NOVAS PERSPECTIVAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

*Abraão Pustrelo DAMIÃO**

RESUMO: Nosso trabalho busca demonstrar as dificuldades e resistências encontradas pelos estudos subalternos – estudos feministas, estudos *queer* e estudos pós-coloniais – para rompermos com as epistemologias hegemônicas das ciências sociais, sobretudo a sociológica eurocêntrica positivista. De início apontaremos os preceitos básicos que validaram e referenciaram a sociologia como uma área de saber genuinamente ímpar e de destaque dentro das universidades, desde o século XIX, bem como os pressupostos teóricos associados a sua legitimação. Num segundo momento, analisaremos o contexto para o surgimento e desenvolvimento das rupturas epistemológicas advindas do aparecimento dos saberes subalternos que estão diretamente ligados ao questionamento da modernidade enquanto um projeto de vida. Nosso objetivo é mostrar a problemática epistêmica que envolve o questionamento das correntes sociológicas clássicas e o que os estudos subalternos têm a nos dizer acerca das novas configurações da realidade social contemporânea. Basear-nos-emos em uma metodologia que aponta o conjunto de generalizações epistemológicas feitas pela sociologia, especialmente a positiva e escolas afins, e as rupturas epistêmicas advindas dos estudos subalternos.

PALAVRAS-CHAVE: Epistemologia. Sociologia clássica. Modernidade. Estudos subalternos. Rupturas epistemológicas.

Introdução: o desafio epistemológico a ser enfrentado

As ciências sociais (sociologia, antropologia, psicologia, economia, geografia, ciência política e direito) foram assim denominadas por se referirem à mesma reali-

* IFSP – Instituto Federal de São Paulo. Barretos – SP – Brasil. 14781502 – abraaod@ifsp.edu.br

dade objetiva: a social, a qual estas ciências, de forma ampla, denominam sociedade. Obviamente que a noção de sociedade, dependendo da matriz epistemológica que se trabalha, não é unívoca. Contudo, é consenso que ela é o objeto geral de estudo das ciências sociais, uma vez que é no interior de determinada sociedade que cada ciência social vai buscar construir o seu objeto; delimitar o seu campo de saber; legitimar seu poder de intervenção; e vincular seus interesses políticos, econômicos e sociais a um propósito digno de respeito; enfim, construir certa sabedoria de uma área determinada (formar uma disciplina acadêmica) e, graças a esta constituição e integração de regimes de verdades, poder sobre as coisas pertencentes a ela (GASPAROTO, 2010).

Enquanto por um lado, as ciências naturais tratam de objetos a-históricos de investigação, que extrapolam um determinado contexto, permitindo generalizações, por outro, as ciências sociais, cada uma *per se*, abordam um aspecto da realidade social (que deve ser total e só pode ser explicado enquanto totalidade). Assim, cada ciência social torna-se uma disciplina específica com campo e objeto delimitados, pretendendo, com isso, ser a ciência desta realidade, ou seja, pretendendo apreender a totalidade a partir de uma de suas parcelas. (GASPAROTO, 2010).

Segundo Comte (1978), esta apreensão total da realidade dar-se-á na medida em que todas as partes da realidade e todos os seus aspectos estão relacionados e dependem uns dos outros (visão organicista) e, definitivamente, fazem parte de um todo único, já que os objetos correlativos e independentes – do mundo externo – mantêm determinadas relações de coesão, uma ordem interdependente entre si; e, apesar da realidade social ser formada por uma multiplicidade de movimentos (fenômenos) supostamente contraditórios, é possível prever a direção de desenvolvimento, progressivamente, destes fenômenos, graças ao método positivo¹.

A concepção positivista, em razão de seus princípios, afirma que o método científico é único, ou seja, há uma única forma de estudar o real: substituindo, na sociologia, o experimento laboratorial pela observação por meio de diferentes técnicas de coleta de dados. Sendo assim, a reiteração dos fatos seria sua essência. Neste sentido, a sociologia de caráter positivista, que tem sua base filosófica no empirismo inglês, ao afirmar que o mundo social já está dado e que as normas e fatos sociais são exteriores aos indivíduos e se lhes impõe, na verdade, não muda a normativa epistemológica desenvolvida pelo homem pré-moderno. No plano da explicação, antes eram os deuses que impunham aos homens suas vontades, agora é a sociedade. Portanto, o homem continua fantoche de forças estranhas a ele. Assim, a sociologia que nasceu sob a égide do positivismo deixou de lado uma variedade de métodos e objetos em favor de um tipo específico de olhar social. (GASPAROTO, 2010).

¹ A esse respeito ver a Lei dos Três Estados de Comte (1978).

A teoria social de Durkheim (1972), por exemplo, inclui além de um corpo de conceitos – solidariedade orgânica, solidariedade mecânica, normalidade e patologias sociais – todo um conjugado de proposições gerais com base nas quais são ali situadas vinculações de ordem causal ou funcional entre os fatos sociais (coercitivos, exteriores e gerais). “Em seu funcionalismo metodológico o mundo moderno tornar-se-ia inteligível a luz de uma *explicação causal* baseada em leis evolutivas de caráter geral.” (GUSMÃO, 2012, p.22). Por isso, para que reine certa consonância nessa sociedade, deve-se estimular o aparecimento de uma solidariedade entre seus membros. E, uma vez que a solidariedade varia segundo o grau de modernização (de evolução) da sociedade, a norma moral tende a tornar-se norma jurídica, já que é necessário determinar, numa sociedade moderna, regras de cooperação e troca de serviços entre os que participam do trabalho coletivo: há, portanto, na sociedade moderna, uma preponderância progressiva à solidariedade orgânica. Ou seja, embora a cultura e a sociedade estejam presentes em nós enquanto indivíduos, elas comportam-se num nível de realidade que está além ou atravessa os simples indivíduos, desse modo, o investigador deve desvendar o funcionamento da sociedade (a partir de um arcabouço conceitual), transcendendo o individualismo epistemológico (GUSMÃO, 2012).

Mais ainda, as questões metodológicas de Durkheim podem acercar-se de um caráter naturalista, seu conceito de anomia corrobora essa postura. Para ele, o normal seria aquilo que é ao mesmo tempo imperativo para o indivíduo e superior a ele, o que significa que a sociedade e a consciência coletiva são entidades morais, antes mesmo de terem uma existência palpável. E sua teoria não se limita a dar um conjunto de conceitos abstratos, ele vai também incorporá-los em enunciados gerais: “[...] o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais.” (DURKHEIM, 1982, p.161); “[...] à medida que avançamos na evolução social, a solidariedade mecânica vai se afrouxando cada vez mais.” (DURKHEIM, 1995, p.31); “[...] os progressos da divisão social do trabalho são diretamente proporcionais à densidade dinâmica ou moral da sociedade.” (DURKHEIM, 1995, p.252). A sociologia de Durkheim está permeada de enunciados desse tipo².

O deslumbre pela teoria social de Durkheim deriva do julgamento de que, depois de iniciados, os autores teoricamente orientados poderiam concluir fatos sumamente inteligentes e profundos, impenetráveis, em princípio, ao conhecimento do indivíduo comum (sujeito epistêmico passivo), sobre a vida social. “O domínio-fruto de um aprendizado profissional– dos quadros conceituais dos grandes teóricos asseguraria, a qualquer um, essa possibilidade. O conhecimento teórico caracteriza

² Para saber mais acerca dessas e outras generalizações epistemológicas tão comuns à sociologia eurocêntrica, ver Gusmão (2007, p.239).

as investigações que não se resumem a um simples registro descritivo dos fatos sociais.” (GUSMÃO, 2012, p.24-25).

Essa lógica interna da teoria de Durkheim só pode ser entendida, por sua origem específica, por ser um processo e fazer parte de um fenômeno histórico ímpar, qual seja: a consolidação da modernidade enquanto projeto de vida e a concretização de uma sociedade urbano-industrial.

A modernidade enquanto um projeto encontrou as bases para se concretizar a partir de uma desintegração das instituições e dos padrões sociais consolidados socialmente nos tempos pré-modernos (BAUMAN, 2001). E um dos motivos mais fortes para extinguir de vez essas instituições e padrões sociais era a descoberta de novas formas de regulamentação social (SANTOS, 1991) que, com o advento da razão e da ciência, poderiam ser construídas de modo permanente, previsível e administrável, levando o homem à emancipação dos grilhões feudais. Portanto, a modernidade que se formou desde o antropocentrismo e racionalismo do Renascimento até o auge do Iluminismo não tinha a intenção de destruir os elementos edificados solidamente (em tempos pré-modernos) para construir um mundo livre deles, mas sim, criar novos e aperfeiçoados elementos para uma nova sociedade que viria a existir (BAUMAN, 2001; ARENDT, 2007; ELIAS, 1994).

A sociologia se solidifica enquanto ciência, neste contexto, no século XIX, com claras intenções de auxiliar na concretização do que Santos (1991) diz ser os dois baluartes modernos: emancipação e regulamentação³. A regulamentação – que viria a se desenvolver paralelamente ao sistema econômico capitalista – seria constituída pelos princípios de Estado, de mercado e de comunidade, regulamentados por uma burocracia eficaz, racional e objetiva (WEBER, 1996). A emancipação, por sua vez, seria constituída a partir de três lógicas de racionalidade: a racionalidade estética da arte e da literatura, com o Renascimento cultural e todas as suas implicações; a racionalidade referente à moral, à ética e ao direito desenvolvidos pela expansão e pela criação de manuais jurídicos e de regulamentação das ações humanas; e a racionalidade instrumental, pautada pela ciência e pela técnica por meio do modo de produção capitalista associado ao industrialismo. E com a articulação desses princípios entre si e a proposta de maximização das potencialidades inerentes a cada um deles,

[...] a modernidade construiu um ambicioso e revolucionário projeto cultural, que buscou transformar a face da Terra pela confiança na ciência e na técnica

³ Estes aspectos de regulamentação (Estado, Mercado, Capitalismo) e emancipação (racionalidade estética, moral, instrumental) foram amplamente discutidos pelos fundadores da sociologia, Durkheim, Weber e Marx, e por escolas afins, ora com parcimônias, ora com discrepâncias.

aplicadas às forças produtivas; nas relações liberais de mercado como capazes de estabelecer um Estado justo e próspero; na positividade do progresso e na sua constante renovação e superação. (OLIVEIRA, 1999, p.24).

Não por acaso, a sociologia positiva pressupunha uma neutralidade científica, isenção de juízos de valor, no processo de investigação da realidade. Estratégia fundamental para se consolidar enquanto uma ciência genuína. A neutralidade se colocava a partir da preocupação com o controle do subjetivo e dos valores, idiosincrasias e ideologia do pesquisador; neutralidade significava, portanto, “[...] alijar (ou anular) o sujeito conhecedor do processo de elaboração do conhecimento, ou seja, buscava-se regulamentar a ciência e o sujeito produtor dela.” (GASPAROTO, 2010, p.4). A concepção de ciência, com a anulação do sujeito (a pretensa objetividade), como nos ensina Weber (2003), absorve as ideias do protestantismo de que se deve “verificar” a existência de leis objetivas (regularidades) estabelecidas pela divindade; ao homem, cabe, apenas, descobri-las (assim como deve descobrir e cumprir a vontade de Deus). No plano ideológico, este “ideal” traduz-se pela frugalidade – gastar o menos possível para que o capital acumule, desenvolva-se e cresça, engrandecendo a obra de Deus na Terra – assim é o anseio de Deus.

Sabemos que a sociologia positiva se constituiu a partir da preocupação de explicar os conflitos sociais surgidos com a moderna sociedade industrial. Tratava-se de não tomar partido em relação aos grupos e classes em conflito: daí a “necessidade”, para o cientista social, de ser neutro. Não é difícil compreender, deste modo, que a objetividade positiva está ligada à concepção empirista do conhecimento, segundo a qual o vetor do conhecimento vai do objeto para o sujeito, ou seja, a objetividade é definida da ótica do objeto. Neste sentido, existe a exigência da adequação das ideias à realidade, pois a *epistème* vigente preocupava-se basicamente com as relações entre o homem e a natureza, já que a racionalidade burguesa propunha uma intervenção no real, no sentido do saber/fazer, o que informou as teorias do conhecimento que influenciaram diretamente a gênese das ciências sociais, no século XIX (GASPAROTO, 2010).

As ciências humanas nascem de uma preocupação com a “organização” da sociedade e do ajustamento do indivíduo a ela, daí se pode estabelecer uma continuidade no conhecimento produzido pelas ciências naturais às ciências sociais, bem como o privilégio da visão empirista sobre os métodos sociológicos⁴ (GASPAROTO, 2010).

⁴ A obra de Comte e Durkheim a esse respeito são muito ilustrativas e demonstram de forma apurada tais observações.

Portanto, como toda ciência é uma prática social determinada, a emergência da sociologia no século XIX se consolidada conjuntamente a um modelo de organização social e político que tinha na Europa seu epicentro, e no valor atribuído ao conhecimento científico pela “cultura” capitalista, vinculando à concepção de fazer (razão instrumental) da sociedade burguesa a meta-propósito do conhecimento genuíno a ser atingido. Sobre este período de desenvolvimento da sociologia Miskolci (2012, p.1) escreve que:

[...] a sociologia conectava os interesses imperialistas europeus com os desejos das elites da parte colonizada do mundo de seguirem o caminho do progresso. O evolucionismo era uma linguagem comum cuja gramática garantia a hegemonia europeia ao mesmo tempo em que acenava para o resto do mundo com a promessa de que, algum dia, tornar-se-ia como a metrópole. Na Europa e na América, sociologia e antropologia adquiriam autoridade e reconhecimento dando aura de neutralidade a uma visão de mundo comprometida com os interesses e as alianças entre elites dos dois lados do Atlântico, o que fatos como o fascínio brasileiro e mexicano pelo positivismo comprovam.

A política na forma de imperialismo teve uma influência decisiva sobre a produção de literatura, teoria social e escrita da história; e os grandes debates intelectuais da sociologia e da ciência política (salvo algumas exceções) restringiam-se a discutir como por em prática esta visão de mundo e de ciência que, associadas ao projeto moderno, deveriam gerar o bem comum.

Pautados pela ideologia positiva, os intelectuais do século XIX e XX pretenderam muito mais justificar suas posições do que descobrir a realidade (conflituosa, torta e complexa) como ela é; criou-se na sociologia uma lógica da justificação que se opunha à validação pela argumentação. “Assim, ao alijar de suas estratégias racionais a ordem dos fins humanos e dos valores individuais e sociais, a ciência [sociologia] efetua um deslocamento de sua racionalidade para o campo político.” (JAPIASSU, 1975, p.17)⁵. Este deslocamento é fundamental, pois em sociedades não autoritárias, “[...] certas formas culturais predominam sobre outras, do mesmo modo que certas ideias são mais influentes que outras.” (SAID, 1996, p.18). Isso nos faz perceber que a hegemonia política capitalista/positiva/eurocêntrica dominou todo um campo de estudo, de imaginação e de instituições, de modo que torna o fato impossível de ser ignorado, pois estes paradigmas de ciência ao longo dos últimos dois séculos inspiraram o pensamento social ocidental do “sistema-mundo” a assumir um ponto de vista supostamente

⁵ Neste caso é útil empregar a noção de discurso de Foucault, para identificar esta ação em prática.

neutro, objetivo e universal, com todos os danos possíveis advindos desta postura epistêmica.

Não é por acaso que ainda hoje, amplamente apoiada por sociólogos, “[...] a teoria social permanece, de fato, irreduzível ao conhecimento de senso comum em uso na vida cotidiana e expresso na linguagem natural, conhecimento este invariavelmente identificado [...] como um saber incompleto e superficial do qual o investigador faria muito bem em manter-se apartado.” (GUSMÃO, 2012, p.36). Esse sem dúvida é um traço característico das investigações da moderna teoria social na qual há uma obsessão em sobrepujar o conhecimento do indivíduo ativamente epistêmico, já que ele é avaliado como detentor apenas de um saber pré-científico.

Essa posição epistemológica é sustentada há muito tempo. Os trabalhos dos racionalistas, de René Descartes a Immanuel Kant; da tradição empirista britânica, de Locke, Berkeley e Hume; dos escritos funcionalistas, de Augusto Comte e Émile Durkheim; dos teóricos naturalistas, Charles Darwin, Émile Zola e Hippolyte Taine; das posições estruturalistas de Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss e o materialismo histórico-dialético, exemplificam essa posição epistemológica de que o conhecimento do real, do verdadeiro, deveria implicar uma “[...] ruptura efetiva com o chamado saber da vida cotidiana, que nada é além de “juízo provável”, falsa ciência, especulação intelectual.” (GUSMÃO, 2007, p.251).

Portanto, discutir a emergência dos estudos subalternos implica tratar de neutralidade e ideologia (par indissociável), debater a demarcação científica e a construção do objeto e, ainda, a própria cientificidade desses estudos frente à sociologia/antropologia clássica/eurocêntrica. Neste sentido, discutir os estudos subalternos significa discutir a presença do sujeito conhecedor (sujeito epistêmico) no processo de produção do conhecimento, ou seja, por de ponta-cabeça toda uma corrente histórica de prática epistemológica e assumirmos que há outros campos de produção do conhecimento, cuja semântica, a gramática e a lógica epistêmica operam por outros caminhos reflexivos, focando em outros temas, em outros problemas, dando relevo à produção do conhecimento fora dos marcos da ciência ocidental. Isso significa valorizar a experiência cotidiana e os saberes que são gestados fora dos marcos racionalistas e cientificistas ocidentais, que se distinguem, em seu ambiente de produção, do pensamento hegemônico, e que são sistematizados, valorizados ou reconhecidos pelo grupo ou pela sociedade no qual seus agentes se formam e no qual vivem como diferenciados e resolutivos, como formas de teoria social propositiva.

Esta ruptura epistemológica, entretanto, não foi fácil. Foi preciso uma forte crise de um estilo de vida e de fazer ciência para que os saberes subalternos emergissem.

O contexto para a insurgência dos saberes subalternos

O trágico início do século XX, em 1914, a crise de 1929, a emergência do fascismo e do nazismo culminando na Segunda Guerra Mundial, o holocausto, o uso da bomba atômica, das armas químicas, das armas biológicas, a banalização dos genocídios, a industrialização da guerra, as lutas anticoloniais e todos os efeitos decorrentes destes eventos, “[...] promoveu um momento histórico no qual o sentido da história e o sentido do papel dos intelectuais aparecem como um decisivo problema, seja no campo da poesia e da literatura, seja no domínio da filosofia e das recentes ciências humanas.” (ZUIN, 2001, p.67).

Como se percebe, o projeto moderno criou seus efeitos colaterais. O que ele prometia, de certo modo, não foi cumprido e sua lógica parece ter entrado na contramão, abrindo terreno para o desenvolvimento de novos paradigmas não previstos (e nem poderiam) na sua origem. O campo tecnológico, a produção econômica, a dinâmica cultural e as formas de sociabilidade, tomaram rumos inimagináveis na origem do projeto moderno. “O que se observou é que, ao invés de os princípios de regulamentação e emancipação conviverem harmoniosamente, eles se impuseram uns aos outros, induzindo o processo a um desequilíbrio.” (OLIVEIRA, 1999, p.24).

A progressiva libertação da economia de suas amarras tradicionais, políticas, éticas e culturais, possibilitou a sedimentação de uma nova ordem, definida principalmente em termos econômicos. É importante ressaltar que essa nova ordem deveria ser mais fixa que as precedentes, uma vez que, ao contrário das anteriores, projetava-se como isenta a qualquer desafio que não fosse da ação econômica. Isso não significa que a ordem econômica capitalista, uma vez instalada, invadiu, reeducou e transformou aos seus fins todo o restante da vida social. Essa ordem, segundo Marx (1980), dominou a totalidade da vida humana, porque tudo que pudesse ter acontecido, ou que viesse a acontecer nas nossas vidas, tornar-se-ia insignificante e ineficaz frente a implacável e contínua reprodução da ordem econômica, que aumentava sua força na mesma proporção que se diminuía a distância entre os espaços a serem colonizados: ponto chave para o processo de globalização.

No período do capitalismo liberal houve um desenvolvimento sem precedentes do princípio de mercado, atrofiando o princípio de comunidade, pressionando o Estado a uma ressignificação de seu papel. Assim,

[...] o princípio de comunidade, como formulado por Rousseau, baseado na igualdade entre os homens e na organização soberana da sociedade, reduziu-se a um complexo jogo de interesses particulares organizados dentro de um

conceito empobrecido de sociedade civil, manipulado pelas forças de mercado. (OLIVEIRA, 1999, p.24).

Além disso, o modo de produção capitalista, como base da economia moderna, engendrou (e continua a fazê-lo) um empobrecimento cada vez maior nas áreas periféricas do mundo, sendo a concentração de renda cada vez mais evidente (JAMESON, 2002).

Essa soberania do econômico acabou levando à conversão da ciência numa força produtiva intrinsecamente associada e a cargo do mercado. A utilização da técnica, na esfera econômica, com a mecanização e a racionalização da produção, fez com que os competidores mais fracos se submetessem ao domínio das grandes empresas. Apesar de o desenvolvimento tecnológico implicar uma democratização das funções dentro do processo produtivo, essa democratização acabou se convertendo em hierarquia no sistema capitalista. Segundo Marcuse (1999), na conjuntura econômica dominante, o aparato tecnológico corresponde à aplicação da técnica com a finalidade de dominar e controlar as relações sociais, para a manutenção do *status quo*. Não podemos esquecer, como já dissemos, que o desenvolvimento tecnológico foi usado, além disso, na criação de eventos muito traumáticos para os seres humanos, como a industrialização da guerra, as bombas atômicas, as armas biológicas, os genocídios e o terrorismo.

“No domínio do princípio da emancipação, observou-se a elitização da cultura, conjugada à ideia da existência e valorização de uma cultura nacional.” (OLIVEIRA, 1999, p.25). A cultura como esfera revolucionária do pensamento e da ação transformou-se, devido à lógica capitalista, em cultura de massa (de entretenimento) e, principalmente, de consumo. “Já no âmbito da racionalidade moral e prática, consolidou-se a microética liberal que contribuiu para a legitimação de um estado legalista e a serviço do mercado.” (OLIVEIRA, 1999, p.25). Estado este sustentado por uma forte burocracia e impessoalidade.

Assim, os diversos princípios interagindo entre si não foram adequados em desempenhar as propostas modernas que apontavam, entre outros objetivos, à prosperidade social a partir da ampliação da técnica, da ciência consagrada e do livre mercado. Se, por sua vez, a ciência e a técnica avançaram, além do imaginado, a correspondência de prosperidade social e cultural não se consolidou.

Este contexto, advindo da própria crise de um modelo de vida e de ciência, enfraqueceu os freios institucionais que se opunham à emancipação individual, dando lugar a manifestações crescentes dos desejos subjetivos, do amor próprio, da realização individual, criando um terreno fértil para a contestação do *status quo* e da reivindicação de reconhecimento sociocultural por parte das minorias outrora

subjugadas pela cultura hegemônica. Esta contestação e reivindicação apresentaram-se, especialmente a partir da década de 1950, no emergente movimento homossexual, no fecundo movimento feminista, no organizado movimento negro norte americano, nas lutas por direitos civis e de libertação colonial na África, Ásia e Europa Oriental, nas manifestações dos deficientes físicos (comum nos países europeus pós-guerras), nas revoltas antimanicomiais, e na reconfiguração acadêmica conjuntamente às manifestações estudantis de 1968 que reivindicavam (sob a influência do marxismo e da psicanálise) que “[...] o privado é político e o corpo e a subjetividade são parte da esfera do poder e não poderiam ser negligenciados na esfera da produção do conhecimento.” (MISKOLCI, 2012, p.5).

Os movimentos sociais iniciaram um processo sem precedentes de libertação dos sistemas rígidos de posições socialmente hierarquizadas. Hall (2003, p.104) nos alerta que naquele momento histórico – de grandes mudanças globais, que marcam a transição da era dos impérios (epistêmicos e políticos) para o momento da pós-independência, de novas disposições e relações de poder – os movimentos sociais estavam “[...] buscando desesperadamente compreender o que significa fazer uma escolha ética e se posicionar em um campo político necessariamente aberto e contingente.”, pois a nova *epistême* tinha que se reinventar para avaliar os novos objetivos que seriam pertinentes a essa nova configuração e demanda social, já que esta era uma tarefa árdua que necessitava ser feita, para que se pudesse compreender a existência, configuração e mesmo necessidade de novos paradigmas para a ciência da segunda metade do século XX.

É no afã destas novas reivindicações e demandas sociais e epistêmicas que se cristaliza a corrente subalterna, como os Estudos Culturais, Estudo Pós-colonial e a Teoria *Queer*⁶.

A *epistême* de ponta-cabeça: o que nos ensina e o que propõe os saberes subalternos

Apesar de muitos preferirem o uso da expressão Estudos Subalternos, eles não deixam de ser, ou melhor, seu reconhecimento não deixa de existir, enquanto teoria social. Dizemos isso, pois, nas palavras de Foucault (2000, p.11) os saberes sujeitados “[...] são blocos de saberes históricos que estavam presentes e disfarçados

⁶ Não trataremos de nenhuma destas correntes especificadamente. O intuito de nosso trabalho é apresentar a conjuntura mais geral e panorâmica, na qual estas correntes se enquadram. Portanto, nos detemos a demonstrar as rupturas epistêmicas que elas trouxeram, bem como, cada uma a seu modo, outros campos de produção do conhecimento, cuja lógica epistêmica opera por outros caminhos reflexivos.

no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, e que a crítica faz reaparecer pela erudição.” Porém, esta erudição e a teoria social que a baliza possuem pressupostos que rompem com a episteme positivista/eurocêntrica clássica.

Diferentemente da postura científica positivista/eurocêntrica, para os estudos subalternos aqueles que o produzem e seu(s) objeto(s) de investigação não pode(m) ser neutro(s), pelo contrário, como nos mostra Brah (2006) e Bhabha (1998), é preciso reinstalar o(s) sujeito(s) do conhecimento enquanto produtor(es) e objeto(s) de pesquisa, pois o cientista social também é parte do contexto social que quer explicar, ele envolve-se com o(s) objeto(s) de investigação e passa até a ter certa inclusão afetiva com a pesquisa, já que muitas vezes experimentou (experimenta) este contexto objetual. Neste sentido, faz parte da crítica romper com o lugar androcêntrico de produção do conhecimento e legitimidade acadêmica. Assim, a escrita também deve traduzir o lugar de quem escreve, daí o cuidado de contemplar os gêneros (ele/ela) e anunciar o nome de cada autor(a) sempre que mencioná-lo(la).

Isso é deverás importante, pois a atenção a este ponto “[...] revela a experiência como um lugar de contestação: um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividade diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas.” (BRAH, 2006, p.361). Os estudos subalternos chamam nossa atenção para a importância de dizer abertamente que a produção do conhecimento nunca é neutra, que o saber é situado. Situar-se não é quitar de objetividade a análise, mas anunciar e assumir seu lugar subjetivo de reflexão. A subjetividade também é política – como os estudos subalternos insistem em nos mostrar – de maneira que omiti-la, negá-la apegando-se a uma suposta neutralidade gera o efeito que o filósofo colombiano Santiago Castro-Gomez (2005) chamou ponto zero, aquele que supostamente, não tem ponto de vista. Assim, a produção do conhecimento é política e tem consequências sociais e culturais que demarcam sempre um contexto social, ora buscando legitimar sua hegemonia, ora visando contestá-la.

Só é possível, neste sentido, dizer que a produção do conhecimento decorre de experiências concretas, tanto de quem produz quanto de quem é objeto de produção do conhecimento. Como Said (1996, p.21) nos ensina:

[...] ninguém nunca descobriu um método para separar o erudito das circunstâncias da vida, do fato de seu envolvimento (consciente ou inconsciente) com uma classe, com um conjunto de crenças, uma posição social, ou da mera atividade de ser um membro da sociedade. Tudo isso tem influência no que ele faz profissionalmente.

Portanto, colocando de ponta-cabeça a teoria de Comte e Durkheim não é possível para o pesquisador isolar-se em um laboratório e isolar o seu objeto. Para

os estudos subalternos este apartamento não é possível, pois seu objeto não é e não pode ser neutro, passivo frente ao contexto social do qual faz parte.

Portanto, a nova atenção epistemológica deve,

[...] revelar a dialética entre o texto ou autor individual e a complexa formação coletiva para a qual a sua obra é uma contribuição [...] Talvez a tarefa mais importante de todas seria o estudo das alternativas contemporâneas para o orientalismo [a perspectiva hegemônica que formulou discursos capazes de sustentar uma visão homogeneizante e subalternizada do outro/distante, ao mesmo tempo em que constitui a si mesmo como referência], que investigue como se podem estudar outras culturas e outros povos desde uma perspectiva libertária, ou não-repressiva e não-manipulativa. Nesse caso, teríamos de reestruturar todo o complexo problema de conhecimento e poder. (SAID, 1996, p.35).

Os estudos subalternos se colocam frente à necessidade genuína de superar a crise de compreensão produzida pela incapacidade da velha sociologia/filosofia eurocêntrica. Derrida, Foucault e Gramsci no epicentro da produção científica já mostraram que é possível uma postura crítica em relação ao nacionalismo, o colonialismo e os fundamentalismos.

É com este intuito que Grosfoguel (2008, p.115) propõe que a construção de uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno “[...] pode contribuir para a criação de uma perspectiva crítica capaz de transcender as dicotomias delineadas e para a redefinição do capitalismo enquanto sistema mundo.” Pois, mesmo no interior de ordens institucionais dominantes, é possível criar conhecimento(s) a partir de fontes e questões nubladas pelos interesses hegemônicos. Desta forma, segundo este autor, os estudos subalternos devem provocar uma interrupção crítica na historiografia liberal e na sociologia histórica e positiva, assim como nas tradições predominantes do marxismo ocidental, para as quais a realidade social só poderia ser entendida desde uma perspectiva global – que só poderia ser contada no interior dos parâmetros europeus – e não deslocada e diferenciada, desde uma ótica da periferia que é transversal, transnacional e transcultural.

Por isso:

1) Uma perspectiva epistêmica descolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluindo o cânone ocidental de esquerda); 2) uma perspectiva descolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num universal abstrato (um particular que ascende a desenho – ou designo – universal global), antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos políticos/éticos/epistêmicos, apontados a um mundo pluriversal e não a um

mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério as perspectivas/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados. (GROSFOGUEL, 2008, p.117).

Para tal inversão epistemológica devemos trazer a tona toda uma série de saberes que estavam desqualificados como “[...] saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos.” (FOUCAULT, 2000, p.12). É pelas beiradas, pelos grupos e temas periféricos, pertencentes às camadas marginais de uma sociedade socialmente estruturada, dentro de um modo específico de ideologia e hierarquia social, que o saber subalterno deve emergir e não pelo centro, lembrando, contudo, que também é preciso questionar esta dicotomia centro x periferia e considerar que os centros também têm suas periferias, e as periferias os seus centros.

Assim, a vigilância epistemológica deve ser constante para os estudos subalternos, para que não haja lugar a generalização ou universalidades abstratas, pois a realidade é sempre mutável e os conceitos balizadores das teorias subalternas são apenas categorias explicativas, já que as ciências humanas produzem conhecimentos datados, referentes a um determinado contexto sócio-histórico, não permitindo extrapolações; e o problema da cientificidade e da objetividade das ciências humanas repousa justamente no fato de serem partes e pretenderem ser o todo, cada uma por sua vez, o que é impossível, pois no recorte da realidade (no modo como ele é feito, nas características privilegiadas para análise, nos sujeitos a serem submetidos à apreciação, etc.) reside uma multiplicidade de métodos e objetos. Portanto, os estudos subalternos têm a necessidade imprescindível de mediar as particularidades da vida social, ou seja, a relação indivíduo/sociedade, sem que uma parte se sobreponha à outra.

Por estas premissas epistemológicas, os estudos subalternos não pretendem se colocar como uma disciplina acadêmica nos moldes clássicos, mas sim construir-se como um método novo de abordagem do social para desvelar os discursos intelectuais hegemônicos e analisar, explicar e responder os legados culturais desses discursos. Surgidos paralelamente aos projetos epistemológicos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo, mas diferentemente destes, os estudos subalternos devem se resguardar para não aprisionarem-se no interior dos cânones ocidentais, reproduzindo, dentro de seus domínios de pensamento e prática, certa forma de colonialidade do poder/conhecimento: denunciando as políticas de conhecimento (criação, controle e distribuição) e analisando as relações funcionais de poder social e político que sustentam a desigualdade e a repressão cultural às minorias sujeitadas.

O objetivo fundamental dos estudos subalternos é combater os efeitos residuais (sociais, políticos e culturais) da hegemonia epistêmica eurocêntrica sobre os povos e a ciência. Para tanto, os teóricos subalternos devem estabelecer espaços sociais e culturais para as minorias subjugadas (os povos sujeitados), cujas formas culturais são frequentemente suprimidas pelos sistemas de valores hegemônicos promovidos e estabelecidos com e a partir da ideologia dominante ocidental.

Como uma epistemologia (o estudo do conhecimento, sua natureza e verificabilidade), como uma ética (filosofia moral), e como uma forma política (assuntos dos cidadãos), o(s) campo(s) dos estudos subalternos abordam as configurações do conhecimento – os assuntos que constituem a identidade das minorias. Por esta razão, os estudos subalternos querem a desestabilização crítica das teorias (intelectuais e linguísticas, sociais e econômicas) que dão suporte aos caminhos do pensamento ocidental clássico, por meio do qual grande parte dos intelectuais percebe, compreende, conhece e julga o mundo.

Os estudos subalternos, assim, buscam estabelecer espaços intelectuais para que as minorias sujeitadas falem por si mesmas, com suas próprias vozes, e com isso produzam discursos culturais que superem a visão binária, nós-eles, isso-aquilo, certo-errado, etc., tão marcante nas formas canônicas de fazer ciência do ocidente eurocêntrico.

É preciso epistemicamente desestabilizar de forma crítica as ideologias dominantes do ocidente, desafiando os pressupostos inerentes e o material discursivo legado por essa forma de saber/fazer ciência.

Como um gênero da história contemporânea, os estudos subalternos reinventam os modos de percepção cultural – as maneiras de ver e de ser visto. Com exemplos extraídos da história e ciência política, filosofia e teoria marxista, sociologia e antropologia, cinema e literatura, psicologia e psicanálise, religião e teologia, os estudos subalternos põem de ponta-cabeça a ideologia e a *praxis* hegemônica (eurocêntrica) de fazer ciência e pensar a teoria do conhecimento.

Considerações finais

Ao contrário do que supõem alguns, os Estudos Subalternos não são esboços de explicação, eles constituem um saber sério e confiável acerca das motivações, sentimentos, paixões e interesses dos seres humanos, cujo valor cognitivo se coloca acima da dúvida sensata.

Os Estudos Subalternos nos apontam que uma nova reconstituição social está em andamento, e ela aparece a partir do desejo subjetivo dos indivíduos, da

satisfação pessoal, da busca pelas minorias (denunciando seu caráter político, antes que numérico), outrora reprimidas, de reconhecimento social e de demanda participativa, já que os indivíduos sujeitados não parecem resistir à ideia de reencontrar-se, comunicar-se, reagrupar-se em movimentos associativos, mas estes, agora, são marcados pela união espontânea, flexível e segmentar.

O que pretendemos destacar é que os estudos subalternos vêm nos lembrar de que com esta nova forma de epistemologia será necessário valorizar a inteligência dos seres humanos, mobilizar as instituições e preparar os homens para os problemas do presente e do futuro. “A tomada de responsabilidade deve ser coletiva e exercer-se em todos os domínios do poder e do saber. Mas também individual, pois em último recurso cabe a nós assumirmos essa autonomia que a modernidade nos legou.” (LIPOVETSKY; CHARLES, 2007, p.36). Sem que nos responsabilizemos, individual e coletivamente, pela tomada de nossas ações e decisões, não bastarão as honradas afirmações de intenção, carentes de resultados concretos. (LIPOVETSKY; CHARLES, 2007)

THE EPISTEME UPSIDE DOWN: SUBALTERN KNOWLEDGE'S AND THE NEW PERSPECTIVES OF SOCIAL SCIENCES

ABSTRACT: *Our work seeks to demonstrate the difficulties and resistances faced by subaltern studies – feminist studies, queer studies and postcolonial studies – to break with the hegemonic epistemologies of the social sciences, especially the Eurocentric sociology. We will point out firstly the basic rules that have validated and have referred sociology as an area of knowing truly unique and outstanding within the universities, since the nineteenth century, as well as the theoretical assumptions linked to its legitimation. Secondly, we will analyze the context for the emergence and development of epistemological ruptures follow-on the appearance of subaltern knowledge's that are directly linked to the challenge of modernity as a life project and what subaltern studies have to tell us about the new configurations of contemporary social reality. We are based on a methodology that points the set of epistemological generalizations made by sociology, especially the positive and related schools, and the epistemic ruptures resulting of the subaltern studies.*

KEYWORDS: *Epistemology. Classical Sociology. Modernity. Postcolonial studies. Epistemological breaking.*

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão Adriano Correia. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BHABHA, H. K. A outra questão. In: _____. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. p.105-128. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57777015/Bhabha-Homi-K-O-Local-Da-Cultura>>. Acesso em: 25 set. 2014.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, p.329-376, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CASTRO-GOMEZ, S. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la nueva Granada (1750-1810). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005. Disponível em: <<http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libros/157.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2014.

COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de Miguel Lemos. 5.ed. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores).

DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. **O suicídio**: um estudo sociológico. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1972.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v.1.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GASPAROTO, J. W. **Prática e epistemologia das Ciências Humanas**. Marília: Unesp, 2010. Aula ministra em 11 nov. 2010.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.80, p.115-147, mar. 2008. Disponível em: <www.ces.uc.pt/rccs/includes/download.php?id=982>. Acesso em: 23 set. 2014.

GUSMÃO, L. de. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

_____. Um elogio do conhecimento de senso comum na investigação social. **Escritos:** Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.237-258, 2007. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_1/FCRB_Escritos_1_10_Luis_de_Gusmao.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

JAMESON, F. **Pós-modernismo:** a lógica cultural do capitalismo tardio. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002.

JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica.** Rio de Janeiro: Imago, 1975.

HALL, S. Quando foi o pós-colonial? pensando no limite. In: _____. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Brasília: Representação da UNESCO ao Brasil, 2003. p.101-131. (Humanitas). Disponível em: <http://www.4shared.com/document/Ux56arNI/Da_Dispora_-_Stuart_Hall.html>. Acesso em: 30 set. 2014.

LIPOVETSKY, G.; GHARLES, S. **Tempos hipermodernos.** Tradução de Mário Vilela. 3.ed. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo:** algumas implicações sociais da tecnologia moderna. Tradução de Douglas Kellner. São Paulo: Ed. da UNESP, 1999.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'ana. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v.1.

MISKOLCI, R. **Os saberes indisciplinados e a (geo)política do conhecimento.** São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012. (Dossiê Saberes Subalternos).

OLIVEIRA, I. L. **Hipertexto:** o universo em expansão. 1999. 130f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.rodrigobarba.com/pos/teses/1999_Isabela_Lara_Oliveira.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014.

SAID, E. W. Introdução. In: _____. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.13-39. Disponível em: <<http://www.professorelian.com.br/downloads/Said%20Edward%20W%20-%20Orientalismo.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2014.

SANTOS, B. de. A transição paradigmática: da regulação à emancipação. In: CARRILHO, M. M. (Org.). **Dicionário do pensamento contemporâneo.** Lisboa: Dom Quixote, 1991. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/25.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn. 3.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

ZUIN, J. C. S. A crise da modernidade no início do século XX. **Revista Estudos de Sociologia**, Araraquara, v.6, n.11, p.67-90, 2001. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/412>>. Acesso em: 23 set. 2014.

Recebido em 13/11/2014.

Aprovado em 23/04/2015.